



|                                             |                                 |
|---------------------------------------------|---------------------------------|
| PROCESSO                                    | 1000083721/2019                 |
| PROTOCOLO                                   | 237462/2015                     |
| INICIAIS DO INTERESSADO                     | C. E C. G. LTDA                 |
| ASSUNTO                                     | AUSÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO |
| <b>DELIBERAÇÃO Nº 142/2020 – CEP-CAU/RS</b> |                                 |

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – CEP-CAU/RS, reunida por meio de videoconferência, no dia 23 de novembro de 2020, no uso das competências que lhe conferem inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que a pessoa jurídica, C. E C. G. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.645.500/0001-83 e registro no CAU nº PJ23050-2, foi autuada por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, possuir profissional que se responsabilize por suas atividades, por meio de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

Considerando que a multa, imposta por meio do Auto de Infração no valor de R\$2.763,90 ( dois mil setecentos e sessenta e três reais e noventa centavos), foi aplicada de forma correta, tendo em vista que, devidamente notificado, a parte autuada não efetivou a regularização da situação averiguada e que foram respeitados os limites fixados no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012 / incorreta, tendo em vista que não restou consumada a infração prevista no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;

**DELIBEROU:**

1. Por aprovar, unanimemente, o voto da relatora, conselheira Helenice Macedo do Couto, decidindo pela manutenção do Auto de Infração nº 1000083721/2019 e, conseqüentemente, da multa imposta por meio deste, em razão de que a pessoa jurídica autuada, C. E C. G. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.645.500/0001-83, incorreu em infração ao art. 35, inciso XII, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, possuir profissional que se responsabilize por suas atividades, por meio de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT. Por informar o interessado desta decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto no art. 20, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;
2. Por indicar ao interessado que a regularização do fato motivador pode ser realizada com a inclusão de profissional arquiteto e urbanista como responsável técnico pelas atividades da empresa em seu registro no CAU, com o devido RRT de cargo e função, a fim de afastar a hipótese de reincidência e abertura de novo processo de fiscalização.
3. Por informar ao interessado que a multa resultante do auto de infração por ser quitada antes do trânsito em julgado, mediante solicitação do boleto.



4. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, para que, nos termos do art. 17, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, averigue a regularidade da situação que deu origem ao Auto de Infração do presente processo.

Porto Alegre – RS, 23 de novembro de 2020.

Acompanhado dos votos dos conselheiros ROBERTO LUIZ DECÓ, NOÉ VEGA COTTA DE MELLO e HELENICE MACEDO DO COUTO atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

ORITZ ADRIANO ADAMS DE CAMPOS  
Coordenador da Comissão de Exercício Profissional